

## A ARTICULAÇÃO ENTRE ORAÇÕES NO TEXTO

INGEDORE G. VILLAÇA KOCH  
(UNICAMP)

### 1. INTRODUÇÃO

Um dos temas sempre presentes na literatura lingüística, quer de cunho estrutural-gerativista, quer de ordem semântico-funcional ou pragmático-textual tem sido o da articulação entre orações.

Procuram-se critérios para determinar o grau de interdependência entre as orações de um período, o tipo de vínculo que se estabelece entre elas, bem como as relações semânticas e discursivas veiculadas através dessa articulação.

Muitos desses critérios têm sido alvo de questionamentos por parte dos estudiosos, dando origem a novas propostas de descrição/classificação de tais relações.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as propostas que têm sido apresentadas e assumir uma posição sobre o assunto, tendo como pano de fundo o instrumental teórico da Lingüística Textual e de diversos estudos em Análise do Discurso.

### 2. RETROSPECTIVA

2.1 Na abordagem tradicional, as relações entre orações são tratadas em termos das noções de *coordenação* e *subordinação*. Consideram-se independentes - e, portanto, coordenadas - as orações que, embora unidas em um mesmo período, não desempenham papel sintático umas dentro das outras, isto é, em que não há “encaixamento” no interior de uma “matriz” (ou “principal”, nos termos da Gramática Tradicional). São, portanto, subordinadas orações que se encaixam numa oração matriz, nela desempenhando a função sintática do constituinte no lugar do qual se opera a inserção, funcionando, assim, quer como argumentos, quer como adjuntos. Tais noções, estreitamente ligadas às de *parataxe* e *hipotaxe* da gramática greco-latina, são, como se vê, predominantemente sintáticas ou formais. Quanto às orações justapostas, sem qualquer partícula de ligação (“parataxe pura”), são consideradas ora como orações absolutas, ora como casos de coordenação assindética, de modo que muito raramente se procura classificar o tipo de relação que veiculam.

2.2 Do ponto de vista semântico ou funcional, a noção de coordenação, já desde o tempo da Gramática Psicológica do início do século, vem sendo questionada. No Brasil, Garcia (1967) fala em “falsa coordenação”, em que haveria “coordenação gramatical e subordinação psicológica”, pelo fato de serem as orações semanticamente dependentes. Isto é, o que se afirma é que as orações, ao se articularem para formar um período composto, tornam-se necessariamente interdependentes, sendo cada uma delas, ainda que não estruturalmente dependente, necessária à compreensão das demais. É o que observa também Borba (1979): “A enunciação, porém, consta de uma seqüência de orações encadeadas e, psicologicamente, interdependentes”.

Bally (1932), por sua vez, distinguiu “três tipos de enunciação que possuem a característica comum de ligar dois termos através de um liame gramatical”, provocando uma rigidez crescente: a coordenação, a segmentação e a soldadura.

Trata-se, aqui, de noções de ordem semântica e não morfológica ou sintática. Segundo o autor, tem-se coordenação semântica entre **A** e **B** se e somente se:

1. **A** for uma proposição independente, correspondendo a um ato de enunciação completo que permanece idêntico a si mesmo, quer seja ou não seguido de **B**, comportando, pois, em si mesmo, um tema e um comentário;
2. **B** toma **A** por tema, apresentando-se como um comentário a ele concernente.

A *coordenação semântica* distingue-se da sintática, por fundamentar-se nos atos de enunciação realizados por ocasião da produção dos enunciados, podendo ocorrer sem qualquer marca gramatical aparente (como, por exemplo, as conjunções) ou mesmo quando **A** e **B** estiverem ligados por conjunções ditas de subordinação.

As *frases ligadas*, originadas pela soldadura, são aquelas em que duas orações são produzidas num mesmo ato de enunciação, correspondente a uma única intenção, de tal modo que a primeira não constitui um ato de linguagem acabado, independentemente da segunda. Isto é, nenhuma das duas orações é objeto de um ato de enunciação compreensível sem a outra: não se afirma sucessivamente **A** e **B**; o que se anuncia, na verdade, é uma relação entre elas.

A *segmentação* dá origem a uma única frase, resultante da condensação de duas coordenadas, mas na qual a soldadura é imperfeita, podendo-se, assim, distinguir duas partes, uma com função de tema (marcado) e outra, com a função de comentário. Distingue-se da coordenação pelo fato de haver uma interdependência maior, um relacionamento recíproco, entre as duas partes do enunciado: **A** é um “apresentador” (*présentatif*) do enunciado e os dois segmentos condicionam-se reciprocamente. Ou seja, a segmentação toma um dos elementos do enunciado e o *expõe* para fora da estrutura da sentença.

A proposta de Bally é extremamente interessante e tem-se revelado bastante produtiva, conforme será visto mais adiante.

2.3 Também a Lógica tem-se ocupado da questão, quando estuda as proposições simples e compostas. Assim, a Lógica de Port Royal (Arnauld & Nicole, 1662) apresenta como

proposições compostas as *copulativas, disjuntivas, condicionais, causais, relativas e discretivas*. Os manuais de lógica contemporânea (cf., por exemplo, Copi, 1968) consideram, em geral, os seguintes tipos básicos de relações entre proposições: conjunção, disjunção, condicionalidade (implicação) e bicondicionalidade.

A Semântica Formal ou Lógica e as descrições textuais nela fundamentadas têm-se utilizado desses mesmos tipos de relação, como ocorre na Semântica Gerativa e em algumas propostas de gramáticas textuais da década de 70.

2.4 As abordagens funcionalistas e/ou pragmáticas, por sua vez, vêm postulando outros tipos de relações produzidas através da articulação de orações; e as abordagens discursivo-textuais vêm mostrando que tais relações se estabelecem quer no interior de um período, quer entre períodos, parágrafos e seqüências textuais, independentemente de sua extensão, dedicando, pois, um lugar de destaque aos *sinais de articulação* (Gliederungssignale) ou *articuladores textuais*.

2.4.1 Ducrot (1972, 1973 e outros), em sua semântica de enunciação, apresenta-nos um importante desenvolvimento do trabalho de Bally, procurando mostrar que, dentro daquilo que a Gramática Tradicional classifica sob o rótulo de subordinação, é possível distinguir relações diferentes, não só quanto à natureza, como também quanto à organização. Introduce, para tanto, a noção de *predicado complexo*, isto é, um predicado elementar sobre o qual atuaram diferentes operadores, quer pela fusão de predicados elementares, quer de predicados elementares e de orações, podendo essas possibilidades combinarem-se mutuamente. Tal predicado caracteriza as frases ligadas, que se poderiam considerar como “verdadeiras” subordinadas do ponto de vista semântico, ao contrário daquelas em que ocorre a coordenação semântica, na acepção de Bally.

Assim, em (1), teríamos uma frase ligada, com predicado complexo, e, em (2), um caso de coordenação semântica:

(1) Pedro veio para que Tiago partisse.

Pedro ( veio para que Tiago partisse)  
tema            comentário

(2) Pedro veio, de modo que Tiago partiu.

tema            comentário

Ducrot apresenta uma série de critérios que permitem estabelecer a diferença entre os dois tipos de seqüência, os quais não cabe discutir aqui e para o que remeto à bibliografia pertinente (Ducrot, 1972,1973; Vogt, 1980; Guimarães, 1987; Koch, 1984,1987, 1989, 1992). Afirma que, no caso das frases ligadas, a intenção principal do locutor é apontar para a relação existente entre as duas orações, ao passo que, na coordenação semântica, não se afirma a relação entre dois fatos, mas apenas enunciam-se os dois fatos, introduzindo o segundo por intermédio de sua ligação com o primeiro. No exemplo (2), admitindo o primeiro fato, isto é, que Pedro veio, enuncia-se, a seguir, outro fato, que é apresentado como consequência ou como prova, embora a primeira

proposição não tenha por objetivo afirmar essa relação. No caso das frases ligadas, tem-se um predicado complexo e, portanto, um enunciado único, resultante de um único ato de enunciação; na coordenação, tem-se duas proposições, resultantes de dois atos de enunciação diferentes, em que a segunda toma a primeira como tema: trata-se de uma estrutura semântica em que ocorre uma sucessão de proposições.

Com base na proposta de Ducrot, torna-se possível determinar a diferença entre os dois tipos de relações que se estabelecem por meio da articulação de orações: as relações lógico-semânticas e as discursivo-argumentativas (cf. Koch, 1987, 1989, 1992), às quais voltarei mais adiante.

2.4.2 Outra teoria que merece ser lembrada quanto ao assunto em tela é a Rhetorical Structure Theory (RST), desenvolvida por Mann & Thompson (1987, 1988). Seu objetivo é descrever textos naturais, caracterizando sua estrutura precipuamente em termos das relações que se estabelecem entre partes do texto. Os autores oferecem uma descrição funcional de tais relações, quer estejam ou não gramatical ou lexicalmente sinalizadas. A teoria define quatro tipos de objetos: relações, esquemas, aplicação de esquemas e estruturas.

Os esquemas definem a organização estrutural das combinações existentes no texto. São definidos em termos de relações e especificam como porções de texto podem co-ocorrer. Juntamente com as convenções de aplicação de esquemas, determinam as estruturas retóricas de textos possíveis.

As relações definem liames possíveis que podem ocorrer entre duas porções de texto. Estabelecem-se entre porções textuais não sobrepostas, sendo as relações entre elas, na maioria das vezes, assimétricas, constituindo uma o núcleo e outra, o satélite. A definição de uma relação consiste em quatro campos: restrições sobre o núcleo, restrições sobre o satélite, restrições sobre a combinação núcleo/satélite e efeito.

Núcleo e satélite foram definidos com base nas seguintes características dos membros de uma relação:

1. em geral, um membro do par é incompreensível se independente do outro (um “non-sequitur”), mas não vice-versa;
2. em geral, um membro do par é mais facilmente substituível que o outro;
3. em geral, um membro do par é mais essencial aos propósitos do autor do texto que o outro.

As relações dividem-se em “tópicas” (subject matter) e “apresentacionais” (presentational). As primeiras, de ordem semântica, ideacional, são aquelas cujo efeito pretendido é que o leitor reconheça a relação em questão; as segundas, de ordem pragmática, são aquelas cujo efeito pretendido é incrementar alguma predisposição no leitor, por exemplo, o desejo de agir de determinada forma, a avaliação positiva, a crença ou a aceitação do núcleo. O elenco das relações é o seguinte:

Relações tópicas: elaboração, circunstância, “solucionamento” (solutionhood), causa desejada, resultado desejado, causa não intentada, resultado não intentado, propósito, condição, interpretação, avaliação, “caso não-marcado” (otherwise), reafirmação, sumário, seqüência, contraste.

Relações apresentacionais: motivação (aumenta o desejo), antítese (aumenta a avaliação positiva), background (aumenta a aceitação da veracidade do fato), capacitação (aumenta a probabilidade), evidência (aumenta a crença), justificativa (aumenta a aceitação) e concessão (aumenta a avaliação positiva).

Para a definição de cada relação e esquema, a definição se aplica se e somente se for plausível para o analista que o escritor tenha desejado usar a porção de texto delimitada para produzir determinado efeito.

Assim, os autores postulam que a análise da RST constitui sempre uma descrição plausível do que o escritor quis realizar com cada parte do texto, sendo, pois, uma descrição funcional do texto como um todo.

2.4.3 Muitos outros pesquisadores têm-se preocupado em estabelecer novos critérios para a identificação dos processos de coordenação e subordinação e/ou de articulação de orações. É o caso, por exemplo, de Lehman (1988) e Haiman & Thompson (1984), citados no artigo de Braga ( neste volume ) :

Lehman propõe, para a identificação dos processos de coordenação e subordinação, os critérios seguintes: “degradação” hierárquica da oração subordinada; nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se liga; “dessentencialização” da oração subordinada; gramaticalização do verbo principal; entrelaçamento das duas orações; grau de explicitação do elo.

Haiman & Thompson, por sua vez, propõem que se considerem os modos de articulação entre orações sob o prisma do seguinte conjunto de parâmetros formais: identidade entre o sujeito, tempo e modo das orações interligadas; redução de uma das orações; incorporação, gramaticalmente sinalizada, de uma das orações; laço entonacional entre as duas orações; inclusão de uma das orações no escopo de outra; ausência de iconicidade temporal entre as duas orações; identidade entre as duas orações quanto à perspectiva do ato de fala.

Hopper & Traugott (1993), mencionados no artigo de Gryner (neste volume), distinguem três etapas na trajetória rumo à *gramaticalização*, revelando os diferentes graus de integração entre orações: a parataxe, a hipotaxe e a subordinação.

Remeto o leitor aos trabalhos das colegas, para maior aprofundamento do assunto.

2.4.4 No campo da Análise do Discurso, Van Dijk (1981,1992, entre outros), postula que uma análise funcional do discurso deve ter um componente lingüístico, que se ocupe das relações gramaticais e outras relações funcionais das estruturas textuais. Entre tais relações, merecem particular destaque aquelas responsáveis pela *coerência local*, que exige que as orações no texto estejam relacionadas como um todo, isto é, que sejam funcionalmente coerentes. Não se trata, segundo ele, apenas de uma condição extensional (os textos são coerentes se suas orações se referem a ‘fatos’ - estados de

coisas, eventos, etc.- que estão relacionados em alguma situação - mundo possível, modelo, etc.), mas sim de uma condição intensional, ou seja, de que a relação, no caso, possa ser definida em termos das próprias proposições. Assim, em (3):

(3) João não pode vir. Está doente,

a primeira oração não descreve um fato que condiciona o fato descrito na segunda, como seria o caso em (4):

(4) João está doente. Ele não pode vir;

mas, ao descrever a causa ou a razão do fato anteriormente mencionado, adquire a função de explicação. As explicações são, pois, uma categoria funcional da estrutura textual, pelo fato de serem definidas em termos de suas relações com outras proposições do texto. Da mesma forma, as proposições subseqüentes podem *especificar, generalizar, contrastar com, parafrasear, fazer concessões, contradizer, concluir de, dar exemplo de* proposições anteriores. As relações funcionais, portanto, têm a ver precipuamente com a estrutura textual e não com o 'mundo' sobre o qual o texto fala (veja-se a semelhança com a coordenação semântica de Bally e Ducrot).

E mais: as relações funcionais não ocorrem apenas entre seqüências simples, subseqüentes, mas também entre uma proposição e um conjunto ou seqüência de proposições. Desta maneira, uma proposição pode funcionar como conclusão/sumário, exemplo ou contradição de todo um trecho anterior do texto.

Van Dijk (1981,1992) trata, ainda, das relações funcionais entre atos de fala e seqüências de atos de fala, mostrando que existem também atos de fala que têm por função especificar, generalizar, corrigir, contradizer, atenuar, justificar atos de fala anteriores. Recusas e concessões aparentes são lances fundamentais na preservação das faces, como acontece tipicamente no discurso racista:

(5) Não tenho nada contra negros, mas não gostaria de ter um deles como chefe.

As relações funcionais aqui descritas são tratadas por Koch (1989, entre outros) como relações discursivo-argumentativas.

2.4.5 Halliday & Hasan (1976) estudam a articulação entre orações sob o rótulo de *conjunção*, que, segundo eles, tem a função de estabelecer algum tipo de relação entre o sentido de duas passagens contínuas do texto, de tal modo que a interpretação da segunda é dependente da relação em que se encontra com a primeira. Afirmam que os elementos conjuntivos são coesivos não por si mesmos, mas indiretamente, em virtude das relações significativas específicas que estabelecem entre as orações do período, entre os períodos no interior de um parágrafo e entre os parágrafos, no texto.

Como principais relações conjuntivas, citam a aditiva, a adversativa, a causal e a temporal. Todas essas relações podem, segundo eles, ocorrer em dois planos, o externo (referencial, ideacional) e o interno (interpessoal, textual).

As relações de tipo aditivo são: as aditivas simples, que incluem as alternativas, podendo ser externas ou internas, e as aditivas complexas, sempre internas, que podem ser: enfáticas (*além disso, além do que, além do mais*, etc), de-enfáticas (adendos, introduzidos por *por fala nisso, a propósito*, etc); as comparativas, indicando similaridade (*do mesmo modo, similarmente*) ou dissimilaridade (*por outro lado, em oposição a*); as apositivas, tanto expositórias (*isto é, quero dizer*, etc), como exemplificatórias (*por exemplo, assim*, etc).

A relação adversativa compreende, para eles, as “adversativas propriamente ditas”- que, na verdade, equivalem às nossas concessivas -, englobadas na expressão *apesar de* - podendo ser quer internas, quer externas, ora simples (*embora*), ora enfáticas (*apesar do que, mesmo assim*); as contrastivas externas, simples (mas) ou enfáticas (*contudo, todavia, no entanto*), e as contrastivas internas, que exprimem “admissão” (avowal), como *de fato, para dizer a verdade*, etc); as correlativas, internas, do tipo *não... mas*, que compreendem aquelas que introduzem correção de sentido ( ao contrário, ou melhor, em vez disso) ou de vocabulário (wording), como *quero dizer, enfim*, etc.;e, finalmente, as de “rejeição” (dismissive), que exprimem relações adversativas generalizadas (externas e internas), podendo ser fechadas (*em todo caso, de todo modo*) ou abertas (*em qualquer caso, seja como for*).

As relações causais, externas ou internas, podem ser gerais e específicas. Entre as gerais, há as simples (*então, assim, por isso*) e as enfáticas (*conseqüentemente, por causa disso*). As específicas são as que exprimem razão, resultado ou propósito, sendo predominantemente externas. Há as que apresentam a relação invertida, isto é, em que a causa é expressa na oração pressuponente, introduzida por *pois, porque* (esquema *b porque a*); além destas, são apresentadas as condicionais, externas, simples ((*se*)...*então*) e enfáticas (*sendo esse o caso, em tais circunstâncias*); e, finalmente, as “delimitadoras de assunto” (respectives), sempre internas (*a esse respeito, tendo isso em vista*), e as de polaridade invertida (*de outro modo, à parte disso*, etc).

Verifica-se, pois, que as relações causais de Halliday & Hasan englobam as causais, consecutivas, conclusivas, conformativas, condicionais e explicativas da nossa gramática tradicional.

No que diz respeito às relações temporais, os autores apresentam as simples (externas), que podem indicar tempo seqüencial ((*e*) *então, depois, em seguida*), tempo simultâneo (*ao mesmo tempo, simultaneamente*) e anterior (*antes, previamente*); e as complexas, externas, que podem indicar tempo imediato (*de repente, imediatamente após*), interrompido (*logo após, mais tarde, algum tempo depois*), iteração (*outra vez, em outra ocasião*), tempo específico (*no dia seguinte, cinco minutos antes/depois*), durativo (*enquanto, durante todo esse tempo*), limite no tempo (*até então, até esse momento*) e tempo pontual (*neste ponto/momento, no momento anterior/seguinte*). Incluem, ainda, as que exprimem terminalidade, externas, podendo ser simples (*finalmente, por fim*), bem como correlativas, (seqüenciais e terminativas, como *primeiramente, depois, em primeiro lugar... em segundo lugar... por último*. As relações temporais internas podem, também, indicar seqüencialidade (*primeiramente, segundo*, etc) e término (*em conclusão, para concluir*), havendo, também, as formas correlatas, seqüenciais e terminativas. Por fim, são mencionadas as relações de tipo “aqui e agora”,

internas, referentes ao passado (*até agora, até esse ponto*), ao presente (*neste ponto aqui*), e ao futuro (*de agora em diante, daqui para a frente*); e as relações sumarizadoras, internas, que podem ser culminativas (*para sumarizar, em poucas palavras*) ou resumitivas (*em resumo, de qualquer modo, etc*).

Fecham o capítulo da conjunção outros itens conjuntivos, internos, de função continuadora, comuns no texto falado, como: bem, de qualquer maneira, certo, no fim das contas, é claro, entre outros.

O que se pode verificar é que a conjunção de Halliday & Hasan vai muito além daquilo que se tem considerado tradicionalmente sob a rubrica de articulação de orações, sendo apresentada pelos autores como um dos mecanismos de construção (coesão) textual. É também dessa forma que a conexão é vista na lingüística textual, como discutirei mais à frente.

2.4.6 A lingüística textual tem-se preocupado menos em definir os processos de articulação entre orações, e mais com os tipos de relacionamento que se estabelecem entre orações de um mesmo período ou entre períodos, no interior de parágrafos ou de seqüências textuais de qualquer extensão, com vistas à construção do sentido .

Beaugrande & Dressler (1981) elencam, sob o rótulo de junção, a conjunção, a disjunção, a contrajunção e a subordinação. Esta classificação, a meu ver, deixa a desejar, primeiro por falta de um critério explícito, mas, sobretudo, por não definir claramente a subordinação, que parece englobar as relações - lógicas - de implicação, ou seja, a condicionalidade em sentido lato, que inclui a causalidade e a finalidade.

Muitos outros autores, porém, particularmente os alemães - que não pretendo deter-me a arrolar aqui -, têm-se dedicado ao estudo das relações textuais. Por limitações de espaço, apresentarei apenas meu próprio posicionamento no tocante à questão.

Em uma série de trabalhos, seguindo, em parte, a esteira de Ducrot, tenho postulado a existência de dois tipos básicos de relações: as relações de tipo lógico-semântico e as relações discursivo-argumentativas, às quais se acrescentam as relações textualizadoras ou textuais em sentido restrito.

As primeiras, caracterizáveis em termos extensionais (ideacionais ou referenciais), expressam relações entre estados de coisas, entre “fatos” do mundo real e/ou de outros mundos possíveis. São as relações de causalidade, condicionalidade, mediação, conformidade, tempo, (pontual ou simultâneo, anterior/posterior, contínuo ou progressivo, etc), modo, disjunção lógica (inclusiva ou exclusiva), que poderiam ser caracterizadas em termos de ‘frases ligadas’, na terminologia de Bally e Ducrot, já que são expressas através de um único ato de fala, no qual se apresenta um tema e, a respeito dele, se enuncia uma relação entre dois “fatos”. Por exemplo:

(6) A água ferve se (quando, porque) atinge cem graus centígrados.

A água (ferve se (quando, porque) atinge cem graus centígrados)

A água (se *p*, então *q*)



Tais relações, comparáveis de certo modo às externas de Halliday & Hasan, ocorrem predominantemente no interior de um mesmo período (cf. a definição de frases ligadas e de predicado complexo, de Ducrot).

Já no caso das relações discursivo-argumentativas (funcionais, pragmáticas) o que se tem são dois (ou mais) atos de fala, podendo o primeiro ser enunciado independentemente do segundo, vindo este a encadear-se sobre o primeiro, para justificá-lo, contraditá-lo, explicitá-lo, comprová-lo, etc. Entre tais relações, destaco as de conjunção e disjunção argumentativas, contraconjunção (oposição, contradição, contraste), explicação/justificativa, comprovação, conclusão, generalização/extensão, correção/redefinição/atenuação e comparação argumentativa (cf. Koch, 1987, 1989, 1992).

Por fim, estou chamando de relações textualizadoras ou textuais em sentido restrito aquelas que têm a ver com a organização da seqüência textual, muitas delas incluídas entre as temporais internas de Halliday & Hasan (primeiramente, em primeiro lugar, a seguir, depois, em seguida, por fim, finalmente, para terminar, etc) ou entre as aditivas internas (expositórias, exemplificatórias, por exemplo), ou, ainda, entre as adversativas internas (correção de sentido ou de vocabulário). Parece-me, porém, mais adequado agrupá-las em um item à parte, já que têm a função específica de organizar a superfície textual e, portanto, de garantir uma melhor compreensão do leitor/ouvinte.

Trata-se de relações que se estabelecem entre segmentos textuais de qualquer extensão: quer articulando as orações de um período, quer articulando períodos, parágrafos, episódios narrativos ou porções textuais ainda maiores. Podem, por exemplo, relacionar a conclusão com todo o restante do texto, como nos casos em que se introduz a conclusão por articuladores do tipo *em virtude do exposto, em decorrência do que se disse acima*, etc.; ou relacionar a introdução com o corpo do texto, através do uso de recursos como *conforme se verá abaixo, como pretendo provar, com base no que se segue, pelos argumentos seguintes*, e outros mais. Podem acarretar a suspensão provisória do tópico em andamento (*abrindo um parênteses, antes que eu me esqueça, a propósito*), ou a retomada de um tópico interrompido (*voltando ao assunto, fechando os parênteses*), e assim por diante.

Podem, ainda, delimitar episódios ou seqüências narrativas (por exemplo, *após quase dez anos, muito tempo depois*) ou diferentes perspectivas na descrição (*à direita, à esquerda, mais adiante, bem longe dali*); podem separar as partes de uma exposição, bem como argumentos ou grupos de argumentos em textos destinados à persuasão.

## CONCLUSÃO

Grande parte dos dois últimos tipos de relações está arrolada entre as relações tópicas e apresentacionais de Mann & Thompson, embora, tal divisão, da forma como é feita pelos autores, não me pareça totalmente convincente. Muitas delas encontram-se, também, presentes em diversos dos trabalhos de Van Dijk, quando trata da questão da coerência local e das relações funcionais no discurso.

Gostaria, porém, de ressaltar que, dentro da concepção de linguagem como *atividade*, posição que vem fundamentando minha pesquisa, o estabelecimento de tais relações, que desempenham importantes funções de ordem argumentativa e cognitivo-interacional, é visto como resultado de *atividades* de construção textual, realizadas pelos interlocutores por ocasião do processamento do texto, quer escrito, quer falado.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAULD, A. & NICOLE, P. 1965. *La logique ou l'art de la pensée*. Paris: P.U.F. (1. ed.,1662).
- BALLY, C. 1932. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Francke.
- BEAUGRANDE, R. de & DRESSLER, W.U. 1981. *Introduction to Textlinguistics*. Londres: Longman.
- BORBA, F. da S. 1979. *Teoria Sintática*. São Paulo: T.A.Queiroz/Edusp.
- COPI, I. 1968. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Mestre Jou.
- DUCROT, O. 1972. *Dizer e não dizer - Princípios de Semântica Lingüística*. Trad. bras. São Paulo: Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_. 1973. *La preuve et le dire*. Paris: Mame.
- GARCIA, O.M. 1967. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.
- GUIMARÃES, E.R.J. 1987. *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes.
- HAIMAN, J. & THOMPSON, S.A. 1984. " ' Subordination' in Universal Grammar". *Proceedings of the Tenth Annual Meeting of Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society.
- HALLIDAY, M.A.K. & Hasan, R. 1976. *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E.C. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOCH, I.G.V. 1984. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. 1987. "Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos". In: Kirst, M. & Clemente, E. *Linguística Aplicada ao Ensino de Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 83-98.
- \_\_\_\_\_. 1989. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. 1992. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- LEHMANN, C. 1988. "Towards a typology of clause linkage". In: Haiman, J. & Thompson, S.A. (eds). *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins.
- MANN, W.C. & THOMPSON, S.A. 1987. *Rhetorical Structure Theory: a framework for the analysis of texts*. *IPRA Papers in Pragmatics* 1: 79-105.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization*. *TEXT* 8 (3), 243-281.
- VAN DIJK, T.A. 1981. *Studies in the Pragmatics of Discourse*. The Hague: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1992. *Issues in functional discourse analysis*. Trad. bras. in: Koch, I.G.V. (org.). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 182 - 205.
- VOGT, C.A. 1980. *Linguagem, pragmática, ideologia*. São Paulo, Hucitec.